

## NOVOS INDICADORES PARA OS LIMITES DO PORTUGUÊS ARCAICO

Rosa Virgínia Mattos e SILVA  
Universidade Federal da Bahia/CNPq

**Resumo:** *Este texto sintético discutirá, primeiramente, a questão da periodização nas chamadas Ciências Históricas. Focaliza, especialmente, a questão problemática do início da scripta em manuscritos portugueses, recentemente descobertos no AN-TT (Lisboa). Quanto ao limite final do primeiro período documentado da língua portuguesa, apresentar-se-ão novos indicadores lingüísticos que permitem propor os meados do século dezesseis como um possível limite para o período arcaico da língua portuguesa.*

**Palavras-chave:** *Lingüística Histórica; português arcaico, periodização.*

**Abstract:** *This paper discusses, first, the question of periodization in the so called Historical Sciences. It focuses, specially, the problematic question of early scripta in portuguese manuscripts, recently discovered at AN-TT (Lisbon). Concerning to the final delimitation of the first documented period of Portuguese language, it presents new linguistic evidences tha permit proposing the middle of the sixteenth century as a possible final limit of Old portuguese period.*

**Key words:** *Historical Linguistics, Old portuguese, periodization.*

### 1 Problematizando a questão histórica da periodização das línguas

Para abordar essa questão seguirei de perto algumas considerações do lingüista alemão Roland Schmidt-Riese que inicia seu artigo dizendo que

a idéia da história, a percepção do tempo como uma extensão que sustenta processos, implica, para cada momento da cronologia considerada, a co-presença de fatos de continuidade e de ruptura. É o observador que vai privilegiar uns aspectos mais que outros (2002:179).

E mais adiante, seguindo Brigitte Schlieben-Lange, chama atenção para o fato de que também são “os sujeitos do processo histórico que acabam por definir suas próprias atividades em relação a padrões tradicionais, seja como continuadores deles, seja como atividades de ruptura” (*id. ibid.*). Esse último aspecto retomarei no item 3 deste texto, momento em que a língua portuguesa começa a ser interpretada, metalingüisticamente, pelos nossos primeiros gramáticos. Concordo com Schmidt-Riese quando afirma que “as periodizações constituem projetos ideológicos, refletem não a estrutura própria do tempo, mas a temporalidade e também a territorialidade do grupo “periodizante” (*id. ibid.*). Essa afirmativa se aplica bem à questão central deste texto, a tentativa de delimitação do período arcaico da língua portuguesa. Pergunta-se o autor qual a razão de existência das periodizações nas ciências chamadas históricas e conclui que “uma periodização talvez não tenha outro sentido senão o de servir a finalidades didáticas” (*id. ibid.*).

Clarinda de Azevedo Maia, lingüista portuguesa, em trabalho de 1999, à pag. 22, ao perguntar-se qual a utilidade das periodizações, não é tão restritiva quanto Schmidt-Riese e admite que, para estudos lingüísticos sobre diacronias parciais, faz-se

necessária a periodização para a delimitação empírica do *corpus* de textos a serem analisados e ainda considera que, do ponto de vista teórico, a periodização se faz “muito benéfica - ou até mesmo imprescindível” - no tratamento da mudança das línguas no tempo. Essa última “necessidade” voltará a ser focalizada no item 3 deste texto.

As periodizações propostas para a história das línguas, consideram, em geral, para suas delimitações, fatores externos, ou sócio-históricos, e fatores internos, ou lingüísticos (MATTOS E SILVA, 1991: 15-17 e 1994: 247-252), por exemplo. Schmidt-Riese (*id.*: 182) complexifica essa dicotomia, no que designa de “quatro níveis”: a. *externo-externo* (alterações políticas, demográficas, sociais e culturais); b. *externo-interno* (alterações de necessidades comunicativas e discursivas; na avaliação das modalidades; do escopo demográfico, ou seja, nível das línguas); c. *interno-externo* (alteração na avaliação das variantes); d. *interno-interno* (alterações das estruturas lingüísticas). Considerando a delimitação do período arcaico, considero que o nível *b* é aplicável à questão do limite inicial desse período arcaico, considero que os níveis *c* e *d* se aplicam ao limite final desse período.

Muitos filólogos e historiadores da língua portuguesa têm se debruçado sobre a questão dos limites do primeiro período documentado pela escrita da língua portuguesa: desde os “pais fundadores”, Carolina Michaëlis de Vasconcellos e José Leite de Vasconcelos, na primeira década do século XX, até os nossos dias, como por exemplo, Ivo Castro (1991), Clarinda Maia (1999), Evanildo Bechara (1991), eu própria (1991 e 1994), além de vários outros. Em geral se baseiam na dicotomia tradicional *história externa* e *história interna*, pendendo a balança para a primeira, decorrente, certamente, de não possuir a língua portuguesa uma cronologia seriada para a seqüência temporal da mudança de fatos lingüísticos significativos como indicadores para uma periodização.

Em geral os historiadores da língua portuguesa definem um limite inicial para o período arcaico que tem como indicador básico o surgimento dos primeiros documentos escritos em português. Seria um fator do tipo *externo-interno* na proposta referida de Schmidt-Riese. Para o final desse período os indicadores têm sido, quase sempre, de natureza *externa-externa*, na proposta do lingüista alemão. Luís Filipe Lindley Cintra defendia uma fase de transição, no interior do período arcaico, que se iniciaria pela segunda década do século XV. Segundo Ivo Castro (1999: 368), Cintra nunca escreveu sobre isso, sua proposta teria sido divulgada nas suas aliciantes aulas. Conclui então Castro: “Estamos diante de uma situação do tipo saussuriana, em que a designação se transmite oralmente do originador a uma geração de discípulos...” (*id.*: 369). Como se pode ver, não é fácil, talvez seja necessária, a tentativa de periodizar uma língua no seu fluxo ininterrupto ao longo do tempo.

## 2 O limite inicial do português arcaico: uma questão reaberta

Na tradição filológica da primeira metade do século XX, estabeleceu-se que o início do período arcaico se define com o surgimento do primeiro documento oficial-régio em 1214 - *O testamento de Afonso II*, documento temporão, já que só a partir de 1255 começam a se multiplicar documentos em português na Chancelaria Real de Afonso III.

Quanto a documentos particulares, seriam os mais antigos o *Auto de Partilhas* e o *Testamento de Elvira Sanches*, ambos dos fins do século XII (cf., p. ex., MATTOS E SILVA 1994: 17; MARTINS, 2001: 23-24) e também a *Notícia de Torto*, hoje situada entre 1212-1214. Nos meados da década de sessenta, Luís Filipe Lindley Cintra e José

Avelino de Jesus, filólogo e historiador, repectivamente, reabrem a questão. Demonstram que tanto o *Auto de Partilhas* como o *Testamento de Elvira Sanches* são falsificações dos finais do século XIII. Contudo, nos finais dos anos noventa, a questão volta a ser reaberta, a partir das pesquisas de Ana Maria Martins nos fundos documentais de mosteiros, arquivados hoje no AN-TT de Lisboa. As novas pesquisas revelam documentos particulares de *scripta* conservadora. Mantém-se ainda como documento oficial mais antigo em português, de *scripta* inovadora, o *Testamento de Afonso II*, do qual se encontrou no arquivo da diocese de Toledo, em meados do século XX, um novo testemunho.

As pesquisas de Ana Maria Martins, que continuam, foram divulgadas, primeiramente, no texto *Ainda os mais antigos textos escritos em português: documentos de 1175 a 1252* (1999). São documentos do tipo *noticias, fintos* (=listas) e *testamentos*, realizados em *scripta* conservadora, que adotam recursos escriturais ora apropriados ao português ou galego-português, ora devedores às práticas escriturais de documentação escrita em latim. Ana Maria Martins defende que já são em português ou galego-português e se fundamenta na sua morfossintaxe, que já não é a do latim, mas do português.

O debate que, em seguida, se instaura decorre do difícil trânsito do que ainda seja latino-romance e do que seja românico, no caso galego-português ou português. Daqui por diante utilizarei “português”, com base no fato de a nação portuguesa começar a definir sua identidade, aí incluída a sua territorialidade, nos inícios do século XII. Por esses fatos relatados já se vê que, nessa delimitação inicial do período arcaico, estão em jogo fatores lingüísticos e fatores sócio-históricos, ou seja, na proposta referida de Schmidt-Riese, fatores *externos-internos*.

O primeiro a reagir ao ponto de vista de Ana Maria Martins foi o jovem filólogo português António Emiliano, especialista em documentos latino-romances escritos no Norte de Portugal, durante o século XII (1997). Seguindo os estudos escripturais do romanista inglês Roger Wright, que se debruçou sobre a definição do galo-romance e a tomada de consciência de uma nova língua que não o latim, a partir da reforma de Carlos Magno, em relação à volta ao ensino do “latim padrão”. Emiliano defende, então, que na área românica galego-portuguesa, a partir de 1080, por influência dos monges cluniacenses franceses, se inicia uma “purificação” da documentação escrita em latim nessa área e se expande para o Sul de Portugal, aos poucos.

Voltando aos “mais antigos textos”, Ana Maria Martins defende que, dentre os analisados, tanto lingüística como paleograficamente, é a *Notícia de Fiadores*, datada de 1175, o mais recuado no tempo no conjunto analisado. Trata-se de uma carta de doação de herdades, em que são as partes Suario Pelaiz e sua mulher Orraca Menendiz (2001: 28), e reafirma a sua posição de 1999, em que a morfossintaxe já é a do português. Rebatendo Ana Maria Martins, António Emiliano em *Sobre a questão d’os mais antigos textos escritos em português* (2001) argumenta circunstanciadamente o seu ponto de vista, em relação ao “mais antigo texto” e defende que esse tipo de questão ultrapassa de fato a discussão estrita do “portuguesismo” deste ou daquele texto e é uma questão de ordem *scripto*-lingüística (p. 05). Ao finalizar esse seu artigo reafirma que “o *Testamento de Afonso II* e a *Notícia de Torto* são os mais antigos textos em português conhecidos” (p. 07). Em longo estudo, ainda no prelo, Ana Maria Martins rebate a crítica de António Emiliano (2001), ponto a ponto, e afirma:

as constituição de modelos documentais portugueses, que será o ponto de partida para a generalização do uso do português como língua da produção escrita notarial, poderá assim,

em certos casos, depender de circunstâncias externas e ocasionais e não apenas do voluntarismo inovador de notários ou legisladores (p. 05).

O debate continuará e promete ser longo...

### 3 O limite final do português arcaico: novos indicadores lingüísticos

Na tradição filológica, os historiadores da língua portuguesa, em geral, utilizaram fatores externos para delimitar o final do período arcaico. Em artigo de 1994, apresento, no Quadro 1 (p. 249), o resultado da pesquisa feita em trabalhos de doze especialistas e o resultado mostra que, entre os inícios do século XVI e a publicação de *Os Lusíadas* em 1572, oscilam as propostas analisadas. No capítulo 5 (p. 243 e ss.), de seu *Curso de história da língua portuguesa*, Ivo Castro, ao tratar do início do português clássico (prefiro a designação *moderno*, seguindo a lição de Leite de Vasconcelos), propõe o ano de 1536 para o final do período arcaico porque “acontecimentos numerosos e de peso coincidiram neste momento, alterando a vários níveis as estruturas culturais portuguesas” (a impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira; a representação do último auto de Gil Vicente; a morte de Garcia de Resende; a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra). Considerando a proposta de Schmidt-Riese são esses fatores do nível *interno-externo*. Considerando o referido autor que a “escolha de tempos exactos para a vigência dos períodos em que se subdivide a história de uma língua é uma opção que tem muito de aleatória”, reúne alguns fatos fônicos e morfofônicos que teriam desaparecido ao iniciar-se o século XVI. São eles: a convergência das nasais finais [-õ, ã] e do ditongo <-ão> na direção deste último; a redução dos hiatos acaicos, resultando em ditongos crescentes e decrescentes, tritongo, vogal epentética e vogal simples, resultante da crase; a perda do <-d-> do morfema número-pessoal da 5ª pessoa verbal; e, ainda, o início, até hoje não concluído, da simplificação do sistema arcaico de quatro sibilantes. Com esses fatos e utilizando a proposta de Schmidt-Riese, está-se diante a fatores *internos-internos*. Note-se que toda a tradição nos estudos históricos do português se dedicou, quase exclusivamente, às mudanças fônicas e/ou mórficas.

Os novos indicadores que apresentarei aqui ultrapassam esses níveis lingüísticos e alcançam o que designei, no artigo de 1994, de fatos morfossintáticos e sintáticos (o sistema binário de dêiticos demonstrativos e locativos; os anafóricos arcaicos *ende/en/hi*; conjunções arcaicas; a variação *ser/estar*; a variação *haver/ter*; o tempo composto; a ordem sintática dos constituintes da sentença; a regras de posição dos clíticos). No Quadro-síntese (p. 273), que finaliza esse artigo, fica demonstrado, a partir dos dados disponíveis, que alguns desses fatos começam a desaparecer nos fins do século XIV e outros se prolongam pelo século XVI. Todos esses fatos vêm sendo pesquisados por membros do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), desde então e já há muitas publicações sobre eles e outros fatos morfossintáticos e sintáticos.

Aqui quero me deter na questão da variação *ser/estar* nas estruturas atributivas (descritivas e locativas) e na variação *haver/ter* nas estruturas de posse. Esse fato morfossintático e léxico permitiu, com mais precisão, utilizar os estudos sintáticos sobre o português arcaico, que vêm crescendo nos últimos anos, para fins de uma delimitação intralingüística ou *interna-interna*, cf. Schmidt-Riese.

Desde 1992 venho analisando, em *corpus* variado, as variações acima referidas, de documentação do século XIII até meados do XVI, que, de certo modo,

sintetizam os resultados a que meu recorte sobre *corpora* explicitamente definidos, avaliados e explicitados me permitiram alcançar.

Quanto à substituição de *ser* por *estar*, ao longo do período arcaico, nas estruturas atributivas semanticamente transitórias, posso dizer que do século XIII para meados do século XVI ocorreu, em síntese, o seguinte: enquanto no século XIII *ser* [+ transitório] alcança 76% nas locativas e 93% nas descritivas; nos meados do século XVI, *ser* decresce para 5% nas locativas e para 11%, nas descritivas (cf. MATTOS e SILVA, 1999: 17).

Quanto à substituição de *haver* por *ter* nas estruturas possessivas, ao longo do período arcaico, *haver*, na posse de atributos materiais, alcança 70% no século XIII e, nos meados do século XVI, cai para  $\frac{2}{3}$ ; na posse inerente, *haver* atinge 100%, no século XIII, enquanto *ter*, 100% nos meados do XVI (*id.*: 25).

Com esses dados considero tais indicadores lingüísticos como significativos - a definição da oposição *ser/estar* e a vitória de *ter* sobre *haver* nas estruturas de posse - como novos indícios com vistas a uma delimitação intralingüística para o final do período arcaico e inícios do português moderno, para outros clássico.

Apenas para encerrar, volto a uma citação já por mim utilizada, e na ilustre companhia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, me despeço:

Uma língua não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento de um estado para outro (*Lições de filologia portuguesa*, 1956: 19).

E a história continua...

## Referências

- CASTRO, Ivo et alii. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CASTRO, Ivo. O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In: FARIA, Isabel (org.) *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos/FLUL, 1999. p. 366-369.
- EMILIANO, António. A língua notarial latino-bracarense e a reforma gregoriana. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: APL, 1997. p. 91-109.
- EMILIANO, António. Sobre a questão d'os mais antigos textos escritos em português. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, I. (eds.) *Razões e emoções: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus pela sua jubilação*. Lisboa: FLUL ([www.fl.ul.pt](http://www.fl.ul.pt)), 2001.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. Periodização na história da língua portuguesa. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (eds.) *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM, 1999. p. 21-39.
- MARTINS, Ana Maria. Ainda 'os mais antigos textos escritos em português': documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel (org.) *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos: FLUL, 1999. p. 491-534.
- MARTINS, Ana Maria. A emergência do português escrito na segunda metade do século XII. In: ALVAREZ BLANCO, R.; SANTA MARINA, A. (eds.). *Homenagem a Fernando Tato Plaza*. Santiago de Compostela (no prelo).

- MARTINS, Ana Maria. Os mais antigos textos portugueses. In: MATEUS, Maria Helena (org.) *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 2001. p. 22-48.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto/EDUFBA, 1991.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A.*, 10 (n. especial), 1994. p. 247-276
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A variação *ser/estar* e *haver/ter* em 1540. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, v. XXIII,, 1999-2000. p. 71-96.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A. V. L. (orgs.) *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002. (no prelo). p. 119-142.
- SCHMIDT-RIESE, Roland. Periodização e português brasileiro: algumas considerações. In: DUARTE, M. E.; CALLOU, D. (orgs.). *Para a história do português brasileiro. v. IV. Notícias de corpora e outros estudos*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002. p. 179-196.